

OS DESAFIOS DA NOVA INDÚSTRIA



OS DESAFIOS DA NOVA INDÚSTRIA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Conselho Nacional

Jair Meneguelli

Presidente

SESI - Departamento Nacional

Robson Braga de Andrade

Diretor

Antonio Carlos Brito Maciel

Diretor Superintendente

Carlos Henrique Ramos Fonseca

Diretor de Operações

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS

Conselho Curador

Israel Klabin

Jerson Kelman

Maria Silvia Bastos Marques

Philippe Reichstul

Rubens Ricupero

Thomas Lovejoy

OS DESAFIOS DA NOVA INDÚSTRIA



© 2010. SESI – Departamento Nacional

SESI/DN

Unidade de Responsabilidade Social Empresarial - URSE

FICHA CATALOGRÁFICA

S491d

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

Desafios da nova indústria / Serviço Social da Indústria. – Brasília: SESI/DN,
2010.

32 p.

1. Responsabilidade Social 2. SESI I. Título

CDU: 67

SESI

*Serviço Social da Indústria
Departamento Nacional*

Sede

*Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9001
Fax: (61) 3317-9190
<http://www.sesi.org.br>*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - EVENTO RIO DE JANEIRO

SESI-DN aposta na sustentabilidade	07
Parceria Sustentável	08
COP-15 e seus impactos para as empresas brasileiras	09
Por um modelo de gestão eficiente	10
Setor empresarial deve mudar pensamento	11
Brasil deve recuperar liderança nas negociações climáticas	12
O importante envolvimento das empresas	14
2009: Crucial mudança na política climática do Brasil	15
Mercados <i>Cap-and-Trade</i>	17
COP-15: resultado frustrante e marco sobre entendimentos	18
O Debate	20

CAPÍTULO II - EVENTO MINAS GERAIS

Negócios inclusivos e o uso sustentável dos recursos naturais	26
Aspectos socioambientais na geração de valor: desafios e oportunidades empresariais	28
Projeto Taboá Lagoa: o caso Samarco	31
Programa Minas Sustentável	33
Pesquisa analisa a percepção empresarial sobre sustentabilidade	34



SESI-DN APOSTA NA SUSTENTABILIDADE

O Sistema Indústria, entidade composta pela CNI, SESI, SENAI e IEL, em seu documento Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015), destaca a necessidade do desenvolvimento da cultura da responsabilidade socioambiental, que é vista como oportunidade de negócio e benefício para a sociedade. A realização da parceria entre o SESI-DN (Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional) e a FBDS (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável) alinha-se ao documento, pois estimula de forma efetiva e recorrente a agenda da sustentabilidade no tecido empresarial industrial e desenvolve uma atitude proativa e inovadora, pois coloca a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e por que não dizer a sustentabilidade do negócio, como ponto central da ação empresarial, como visão estratégica de médio e longo prazo dos empreendimentos.

Desde sua criação, o SESI representa uma organização do setor empresarial brasileiro que contribui para o exercício da responsabilidade social, com programas que repercutem positivamente na elevação da qualidade de vida dos trabalhadores – e seus dependentes – e na melhoria das condições de trabalho.

Cada empresa é um universo diferenciado, possui sua própria cultura, missão, objetivos e seus próprios sistemas de gerenciamento. Isso significa dizer que não há um código ou padrão único, uma agenda única, que, isoladamente, conduzirá as empresas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de um processo evolutivo, em que para cada estágio da vida empresarial há sempre objetivos a serem conquistados e uma próxima etapa a ser superada.

É dentro desse processo evolutivo que o SESI desenvolveu o Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, uma das ferramentas disponíveis para a indústria brasileira que envolve os seus diversos *stakeholders* e estimula a excelência na gestão da sustentabilidade, aumento da competitividade e da qualidade de vida no trabalho. Sustentabilidade e qualidade de vida no trabalho são diferenciais competitivos das empresas no século XXI.

E neste atual cenário competitivo, ter acesso ao conhecimento é fundamental, já que a temática da responsabilidade social, sustentabilidade, qualidade de vida e tantas outras ainda estão em constante transformação. O conhecimento proporciona as empresas capacidade de dar respostas às demandas dos ambientes interno e externo, bem como maximiza suas chances de sucesso empresarial e sobrevivência face às rápidas mudanças da sociedade globalizada.

A parceria do SESI-DN com a FBDS nasceu da necessidade de reunir conhecimento a partir dos pontos acima apresentados, por meio de seminários, debates e estudos sobre as temáticas relacionadas à sustentabilidade. Este caderno de conteúdo é um dos produtos desta parceria.

ANTONIO CARLOS BRITO MACIEL,
DIRETOR SUPERINTENDENTE DO
SESI – DEPARTAMENTO NACIONAL

PARCERIA SUSTENTÁVEL



Criada em 1992 pela associação de 24 empresas de grande porte, para implementar as Convenções e Tratados aprovados na ECO'92, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS se diferencia pelo network que tem com a comunidade científica, entidades de fomento internacionais e corporações nacionais.

Com projetos concentrados nas áreas de mudanças climáticas globais, uso sustentável de recursos naturais e sustentabilidade corporativa, a FBDS vem cumprindo a missão de difundir as melhores práticas de meio ambiente e sustentabilidade e influenciar os públicos de interesse por meio da geração de conhecimento, contribuição na formulação de políticas públicas e realização de projetos de consultoria.

Desde 2009, a FBDS e o SESI–Departamento Nacional estabeleceram uma parceria com vistas a estimular de forma efetiva e recorrente a agenda da sustentabilidade nas empresas de pequeno, médio e grande porte.

A parceria possibilitou a realização de um estudo que avaliou o grau de maturidade da gestão para a sustentabilidade em empresas do Sistema S, com conclusões interessantes no que diz respeito às de menor porte (*os resultados deste estudo estão reunidos em outro caderno de conteúdo*).

Também foi fruto desta união a realização de fóruns de debate sobre temas relacionados à Sustentabilidade, considerando o um cenário mundial de alerta sobre as reservas de recursos naturais e de questionamento sobre os modelos econômicos de produção e consumo. Tais encontros tiveram por objetivo criar a oportunidade de reflexão e discussão, por parte de diversos atores, quanto às temáticas de extrema relevância para o setor produtivo do país.

O presente boletim apresenta o conteúdo debatido durante o seminário “**COP-15 e seus Impactos para as Empresas Brasileiras**”, realizado na FIRJAN, em 29 de março de 2010, no Rio de Janeiro, e durante a reunião do Conselho de Cidadania Empresarial da FIEMG, sob a temática “**Negócios Inclusivos e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais**”, no dia 28 de abril de 2010, em Minas Gerais. Os dois encontros reuniram empresários, especialistas, acadêmicos e associados.

Espero que a leitura seja agradável e inspiradora!

CLARISSA LINS,
DIRETORA EXECUTIVA
DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA
PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL





COP-15 E SEUS IMPACTOS PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS



Em 2009, grande parte do setor produtivo brasileiro esteve envolvida na preparação do Brasil para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) ou COP-15, realizada em dezembro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca. Uma série de iniciativas – envolvendo desde propostas feitas ao governo até compromissos assumidos publicamente por companhias de diversos segmentos – mostrou que as empresas brasileiras estão dispostas a agir e já assumem liderança nesse processo.

Mas quais são as demandas pós COP-15? E que papel as empresas brasileiras precisarão desempenhar a fim de contribuir para que o país avance rumo a uma economia de baixo carbono?

Foi neste contexto e para responder às inúmeras perguntas do empresariado brasileiro que o Sistema FIRJAN e o SESI-DN, em parceria com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, reuniram empresários e especialistas para um debate, no dia 29 de março de 2010.

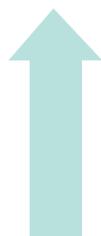
O encontro foi aberto pelo presidente do Conselho Empresarial de Meio Ambiente do Sistema FIRJAN, Isaac Plachta, que representou os presidentes da casa, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, e do Conselho Empresarial de Responsabilidade Social, Luiz Chor.

“Em uma das reuniões do Conselho, concluímos que nós empresários precisávamos entender o que realmente ocorreu durante a COP-15 e quais os impactos, aqui para o Brasil, das decisões ou dos impasses experimentados em Copenhague. Foi com esta finalidade que reunimos especialistas para um debate sobre o nosso papel neste cenário de novas exigências”, declarou Isaac Plachta.

“Nossa intenção com este debate é avaliar o impacto de uma conferência internacional sobre a vida das empresas brasileiras, que certamente terão de se adaptar às exigências mundiais e ao novo mercado que se apresenta. Embora a COP-15 não tenha sido conclusiva, os governos estão se antecipando em adotar metas de redução de emissões e de ações mitigatórias. O Brasil já estabeleceu suas metas, não impositivas, mas voluntárias. E o setor produtivo terá que tomar parte neste processo”, concluiu.

Os especialistas convidados para compor a mesa foram Eduardo Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Israel Klabin, presidente da FBDS, Marco Antonio Fujihara, gestor do Fundo Brasil Sustentabilidade do BNDES, e Tasso Rezende de Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente. A mediação foi conduzida pelo jornalista George Vidor, articulista do jornal O Globo e comentarista do programa Conta Corrente, da emissora Globo News.

Entre os temas debatidos, destacaram-se os acordos climáticos internacionais e as posições dos países, os novos mecanismos financeiros e os benefícios para as empresas, o nível de emissões de carbono e o impacto na competitividade das empresas, além de os principais gargalos para um efetivo processo de descarbonização da economia do país.



POR UM MODELO DE GESTÃO EFICIENTE



O mercado empresarial é marcado por diversas mudanças e muita concorrência. As empresas buscam, a todo instante, um modelo de gestão eficiente e capaz de ajudá-las a sobreviver nesse mercado inconstante.

Sensível a este cenário de mudanças, o ambiente corporativo entra em uma fase onde é questão de sobrevivência a identificação de fontes capazes de proporcionar ao ambiente empresarial um fluxo permanente de novas ideias. Desta forma, são geradas melhores condições de trabalho, melhor gestão com os *stakeholders* e, conseqüentemente, produtos e serviços a preços mais competitivos e com qualidade.

Em um mundo onde informação e comunicação são valores e os efeitos da globalização possuem forte influência na gestão empresarial, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e a Sustentabilidade Corporativa surgem como uma consequência natural da evolução das empresas e da própria sociedade.

O termo Desenvolvimento Sustentável foi citado pela primeira vez em 1987, no relatório Brundtland, apresentado na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. É definido como “o modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (Nosso Futuro Comum, 1987).

Por definição, a Sustentabilidade está na base da RSE que compreende o conjunto de práticas e ações socialmente responsáveis, ambientalmente corretas e economicamente viáveis, orientadas para o relacionamento ético e equânime com todos os públicos envolvidos no negócio.

Nos últimos anos, foram criados e aprimorados importantes instrumentos que orientam as empresas para uma gestão da sustentabilidade, como Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, norma SA8000, *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho. Estudos comprovam que o esforço de aplicar estes instrumentos traduz em resultados promissores em termos de reputação.

Em 2008, a empresa de auditoria KPMG realizou uma pesquisa com 2.279 pessoas do setor empresarial e da sociedade civil para avaliar a percepção quanto às práticas de RSE das empresas. Os resultados mostraram que a publicação de um relatório de sustentabilidade tem um grande impacto positivo nas percepções do leitor. Noventa por cento dos entrevistados disseram que sua visão da empresa foi influenciada pelos resultados do relatório de sustentabilidade. Destes, 85% relataram que, ao ler os resultados, passaram a ter uma percepção mais favorável da empresa.

Empresas que incorporaram em sua estratégia de gestão os conceitos e práticas de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade estão mais bem preparadas para enfrentar situações adversas. Isso porque contam com bases sólidas que, por mais que não garantam total imunidade aos efeitos negativos de uma crise mundial, são capazes de minimizá-los e proporcionar maiores condições de resistência e sobrevivência.

LUIZ CHOR,
PRESIDENTE DO CONSELHO
EMPRESARIAL DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL DO SISTEMA FIRJAN



SETOR EMPRESARIAL DEVE MUDAR PENSAMENTO

A COP-15 reuniu representantes de 192 países sob o objetivo de negociação de um segundo compromisso capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). No entanto, resultou somente em um documento político: o “Acordo de Copenhague”.

Nesse acordo, ficou registrado o reconhecimento desses países quanto à recomendação científica de que o aumento da temperatura global deve ficar abaixo de 2°C. Houve um comprometimento dos países desenvolvidos em fornecer recursos novos e adicionais da ordem de US\$ 30 bilhões para mitigação e adaptação, no período de 2010 a 2012.

No entanto, como previam diversos cientistas, representantes políticos e especialistas em relações internacionais, não se conseguiu definir, nos 12 dias de discussão em Copenhague, nenhum tipo de meta concreta para as reduções mundiais de emissões. Por enquanto, ainda não está desenhado o caminho que se seguirá ao comprometimento firmado em Kyoto¹.

No debate que realizamos, Eduardo Viola lembrou que o Brasil, por não ser o centro do sistema econômico mundial, mas poderá assumir uma situação de co-liderança na questão climática. Isto dependeria, segundo o professor, da mentalidade política do País e de uma mudança de pensamento por parte do setor empresarial, ainda que este apresente hoje uma atividade de baixa intensidade de emissão de carbono.

Nesse mesmo encontro, Tasso Rezende de Azevedo destacou o papel fundamental dos países em desenvolvimento, que devem alterar suas dinâmicas econômicas para contribuir para que as metas globais de redução de emissões sejam atingidas.

Outro ponto destacado por nossos debatedores convidados foi o fato de já haver, no Brasil – especialmente no setor empresarial – uma propensão à mudança, objetivando a adequação ao novo quadro climático mundial e às condições que ele impõe. Carecemos ainda, no entanto, de um avanço tecnológico e da estabilização das questões ambientais no centro do desenvolvimento, com adesão da produção e do consumo.

O Brasil levou à Copenhague uma proposta de redução de emissões baseada em ações de caráter voluntário e no uso do MDL². Essas ações envolvem eficiência energética, uso de biocombustíveis, uso de fontes alternativas de energia e produção mais limpa.

Acreditamos que, com a promoção desse rico debate entre especialistas nacionais e internacionais, tenhamos contribuído para o posicionamento do tema no foco de discussões do setor industrial de nosso Estado. Nossa indústria deve estar atenta ao novo ambiente que se instalará no futuro próximo, porque ela será, também, promotora de importantes mudanças.

ISAAC PLACHTA,
PRESIDENTE DO CONSELHO
EMPRESARIAL DE MEIO AMBIENTE
DO SISTEMA FIRJAN

¹ Em 1997, foi realizado um encontro mundial sobre o clima, na cidade japonesa de Kyoto, que resultou no protocolo de um tratado internacional com compromissos para a redução da emissão de GEE, considerados como causa antropogênicas do aquecimento global.

² O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um dos mecanismos de flexibilização criados pelo Protocolo de Kyoto para auxiliar o processo de redução de emissões de GEE ou de captura de carbono por parte dos países do Anexo I.

BRASIL DEVE RECUPERAR LIDERANÇA NAS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS



ISRAEL KLABIN,
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O aquecimento global é a ameaça maior à vida em todo o planeta. Desde a conferência realizada no Rio de Janeiro, a ECO 92, as evidências científicas são de que o Brasil, um país tropical e de clima predominantemente quente, deverá ser fortemente afetado pelas mudanças climáticas, tendo como riscos mais evidentes o desaparecimento da floresta amazônica e as implicações sobre a produção agrícola.

Neste cenário, ainda que as perspectivas de um acordo climático mundial sejam diminutas, é importante que o Brasil recupere a liderança nas negociações de mudanças climáticas na próxima Conferência, em Cancun, no México, marcada para dezembro de 2010. E para que esta seja uma realidade, o papel do setor produtivo do país é fundamental.

Em 2009, foi concluído o estudo “Economia das Mudanças Climáticas no Brasil” – um detalhamento do Relatório Stern – que aponta e analisa os impactos provocados pelas alterações do clima sobre os setores de maior relevância para o país, levando em conta agricultura, pecuária, recursos hídricos, entre outros aspectos. Tal estudo deixa ainda mais clara a imprescindível participação do setor privado brasileiro na luta por propostas objetivas para acelerar a transição do país e do planeta rumo a uma economia de baixo carbono.

Nos últimos anos, em especial em 2009 e 2010, a FBDS vem fazendo um trabalho de convocar e reunir empresas em um movimento pelo clima, por meio de debates com especialistas no tema, seminários, produção de estudos e textos de referência. O objetivo é fortalecer as ideias e práticas das empresas, para que o setor produtivo possa assumir responsabilidades climáticas que ajudem a salvar o planeta, que sejam reconhecidas por seus consumidores e retribuídas pelos governos e que ainda sirvam como fator competitivo de mercado.



As empresas precisam assumir o compromisso com a agenda da sustentabilidade, inserindo-a na estratégia de negócios e não apenas no discurso de comunicação e marketing da empresa. Também será preciso que sejam definidas políticas corporativas fortes, como código de ética e política ambiental.

Uso sustentável de recursos

Há uma indicação clara quanto a um dos caminhos para que os recursos naturais sejam usados de forma sustentável: a conservação de energia e a mudança da matriz energética. Isso é possível por meio da substituição da utilização de combustíveis fósseis por opções com sustentabilidade ambiental, tal como os biocombustíveis, a energia eólica e a solar. E o Brasil tem grande potencial para produzir energias alternativas, podendo até mesmo se tornar um dos principais exportadores mundiais. Mas falta determinação política para fazer do potencial uma realidade.

Além da necessária mudança da matriz energética, é preciso que os modelos de mercado e de consumo mudem radicalmente, passando a ser condizentes com a conservação ambiental. Caso contrário, o cenário será ruim e os nossos descendentes vão pagar um preço muito alto.

Papel do governo

É urgente que se faça um estudo crítico sobre a legislação ambiental brasileira e sobre o modelo de governança ambiental do Brasil. Um modelo que me parece mais eficiente seria a existência de uma agência reguladora e a atribuição de responsabilidades operacionais aos demais órgãos governamentais. A Agência regulamenta, mas não executa. Ela cria regulamentos e fiscaliza a execução. Mas a execução é obrigatória em todas as áreas de atividade, em nível de secretariado ou em nível de ministério.

Um exemplo de inadequação do atual modelo é a subordinação das florestas comerciais ao Ministério do Meio Ambiente, quando deveriam estar sob a égide do Ministério da Agricultura, como todas as outras culturas

agrícolas. Agora tem que ter regras ambientais no Ministério da Agricultura que façam com que essas florestas plantadas sejam manejadas de forma sustentável, incorporando corredores de biodiversidade, não utilização de certos produtos na fertilização e aprovação prévia para o plantio de espécies exóticas.

Para que o Brasil avance é preciso que sejam postos em prática projetos calcados no desenvolvimento sustentável. Não adianta um país ter tantos recursos se, na contramão, suas políticas e seu modelo de governança adotam apenas práticas de uso indiscriminado de recursos naturais, sem que seja planejada – a médio e longo prazos – uma estratégia de preservação desses recursos, que se esgotam.

Mercado financeiro

No mundo inteiro, o mercado financeiro está mudando em função da busca pela sustentabilidade, que cada vez mais ganha espaço entre os itens que os analistas levam em conta para recomendar o investimento em um papel. Seguindo esta tendência mundial, a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), formado por empresas de diferentes setores que seguem o conceito.

Aqui e no restante do globo, o mercado financeiro está bem preparado para criar mecanismos que valorizem as *commodities* ambientais, tais como biodiversidade, produtos florestais não-madeiráveis, créditos de carbono e água. No futuro, espera-se que essa tendência venha a abranger itens comerciais como, por exemplo, a carne orgânica, a soja não transgênica e a madeira certificada.

O que devemos deixar para nossos netos

Devemos trabalhar incessantemente para que possamos deixar para as próximas gerações os mesmos estoques de recursos naturais aos quais tivemos acesso, além de uma sociedade mais ética e sustentável.

O IMPORTANTE ENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS

Exatamente uma semana após o debate promovido, em 29 de março na FIRJAN, o Rio de Janeiro foi assolado por chuvas torrenciais que paralisaram a região metropolitana e deixaram um rastro de destruição e mortes. Tempestades tropicais costumam atingir a cidade durante os verões, mas há muito tempo que não se via algo tão avassalador. Os especialistas atribuíram o fenômeno meteorológico a uma conjugação de fatores, com origem em temperatura mais alta do Atlântico na costa do Sul e do Sudeste brasileiros.

Cariocas e fluminenses sentiram na pele, naquela semana, os impactos possíveis do processo de mudanças climáticas, se a temperatura do planeta de fato vier a se elevar em mais de dois graus Celsius neste século. O seminário na FIRJAN atualizou os presentes sobre os resultados da COP-15 e os desafios que o Brasil terá pela frente.

Embora as metas voluntárias de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa assumidas pelo país possam ser alcançadas fundamentalmente pelo esforço de contenção do desmatamento, ficou claro no debate que o Brasil pode avançar mais, especialmente se contar com envolvimento das empresas.

Os debatedores, de modo geral, concordaram que o mercado consumidor tende a ser mais rigoroso em relação aos bens e serviços produzidos sem reduzir ou compensar as emissões para os quais contribuíram direta ou indiretamente. Há ainda uma grande expectativa quanto à formação de um mercado que premie as iniciativas da produção livre de carbono.



Para um jornalista como eu, mais “antenido” às questões macroeconômicas, o debate não poderia ter sido mais útil para chamar a atenção sobre o andamento das negociações entre os países, a possibilidade de acordos bilaterais, e a necessidade de as empresas se posicionarem e agirem nessa questão das mudanças climáticas. Para mim foi uma honra e um prazer ter cumprido o papel de moderador. Como bem frisou Isaac Plachta, o evento reuniu debatedores de altíssimo gabarito e certamente foi a discussão mais profícua sobre o tema já tratada naquela federação.

GEORGE VIDOR,
JORNALISTA

2009: CRUCIAL MUDANÇA NA POLÍTICA CLIMÁTICA DO BRASIL

Em termos de geração de aquecimento global, pode-se dividir o mundo em dois extratos: as grandes potências climáticas e as potências climáticas. O primeiro grupo é formado por EUA, a União Européia e China, com respectivamente 20%, 15% e 23% das emissões globais de GEE. Cada um deles tem poder de veto e nenhum acordo será efetivo sem o pleno apoio dos três. O segundo grupo é formado por Índia, Rússia, Brasil, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, África do Sul e Canadá.

O ano de 2009 mudou profundamente a economia política internacional da mudança climática. Ainda que o Acordo de Copenhague seja extremadamente débil do ponto de vista jurídico, é quase universal quanto ao constrangimento sobre as emissões de carbono. Já se associaram, apresentando metas, 120 países, que juntos são responsáveis por mais de 80% das emissões globais de GEE.

Mas o planeta ainda precisa avançar e isso é praticamente impossível sem que os EUA aprove uma lei climática que obrigue a redução de emissões numa escala comparável às metas da UE. Existe um aumento das tensões entre EUA e China devido à negativa de valorização da moeda chinesa, o Yuan, e a venda de armas dos EUA à Taiwan.

As dimensões econômica e de segurança do sistema internacional têm impacto decisivo sobre a dimensão climática e é necessário levá-las em conta em qualquer análise realista sobre o futuro da negociação climática.

EDUARDO VIOLA,
PROFESSOR DO INSTITUTO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

As tensões entre países superavitários e deficitários no comércio internacional, particularmente em relação à China, podem limitar os avanços de governança econômica global conquistados no G20 durante 2009.

Caso predomine uma dinâmica de aumento moderado de conflito no sistema internacional, não haverá um novo tratado internacional, mesmo que seja aprovada uma lei climática consistente nos EUA até 2012. Neste contexto, a transição mundial para uma economia de baixo carbono será lenta e um de seus principais instrumentos será o estabelecimento de barreiras tarifárias associadas à intensidade de carbono dos produtos e do PIB do país de origem. A combinação destes dois fatores na tarifa será diferenciada segundo dinâmicas políticas domésticas dos países importadores.

No Brasil, os setores ameaçados por esta política tarifária são poucos: petróleo, carne bovina, aços que utilizem carvão vegetal de desmatamento e produtos que demandem longas distâncias de transporte rodoviário.



Caso predomine uma tendência de cooperação e des-polarização, é provável que a posição americana mude de grande potência conservadora para grande potência reformista e que, em aliança com a UE, Japão, Canadá, Coréia do Sul, Brasil, México e África do Sul, os EUA consigam “persuadir” a China, Rússia e Índia a estabelecer picos de emissão e anos diferenciados de estabilização.

A principal variável para que se estabeleça um acordo descarbonizante no sistema internacional é a flexibilização do direito de propriedade intelectual na área de tecnologias de baixo carbono. A questão não é simples, já que alguns países emergentes estarão na ponta da tecnologia de baixo carbono em certas áreas. A China precisaria de flexibilização na área de energia nuclear e etanol, mas não em eólica e solar. O Brasil precisaria de flexibilização nas áreas de energia eólica e solar fotovoltaica, mas estaria na ponta nas áreas de hidroeletricidade e de etanol de primeira geração.

2009 marca uma crucial mudança na história da política climática do Brasil, explicitada nos seguintes fatos:

- Os governadores amazônicos, liderados por Amazonas e Mato Grosso e apoiados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, se mobilizaram para que Brasil apóie a presença do “desmatamento evitado” num novo tratado, como um mecanismo de mercado e com direito a *offset* por parte dos países desenvolvidos.
- Parte fundamental do empresariado formou três coalizões demandando mudanças na posição brasileira, duas dessas coalizões pediam uma mudança paradigmática na política climática brasileira.
- A entrada de Marina Silva como candidata presidencial promoveu rapidamente a problemática da transição para uma economia de baixo carbono para agenda da campanha eleitoral de 2010.
- O Congresso Nacional aprovou uma lei climática que avança em relação ao projeto enviado pelo executivo em 2008 ao internalizar parcialmente a questão da mudança climática na estrutura jurídica nacional e estabelecer metas “voluntárias” de redução de emissões.

- O Ministério do Meio Ambiente elevou consistentemente seu perfil, forçando uma sensibilização maior por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que levou a uma derrota histórica dos ministérios de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia com o anúncio da mudança da posição brasileira e das metas de redução de emissões para o ano de 2020, algo que poucos analistas avaliavam, até então, como possível.

Quanto ao envolvimento das empresas com a agenda climática, é possível estabelecer quatro grupos com relação à transição para uma economia de baixo carbono, combinando intensidade de carbono da atividade econômica e tipo de mentalidade dos dirigentes:

- 1. Empresas Conservadoras** – num extremo, as que têm alta intensidade de carbono e mentalidade conservadora de seu corpo diretivo gerencial. Situam-se neste grupo a maioria das empresas vinculadas à cadeia do petróleo, do carvão, do cimento e frigoríficos.
- 2. Empresas Conservadoras Moderadas** – as com potencial de baixa intensidade de carbono e mentalidade conservadora no seu corpo diretivo gerencial. Como exemplo, a maioria das empresas do setor siderúrgico.
- 3. Empresas Reformistas** – empresas que tem alta intensidade de carbono, mas com mentalidade reformista no seu corpo diretivo gerencial.
- 4. Empresas de Vanguarda** – no outro extremo, as empresas que têm baixa intensidade de carbono e mentalidade reformista no seu corpo diretivo gerencial. No Brasil, um bom exemplo é a Natura.

Existem dúvidas sobre a implementação do compromisso de redução, mas a nova lei e as metas assumidas pelo Brasil na COP-15 são um passo de fundamental importância para a trajetória das políticas externa, econômica, energética, agrícola, florestal e climática do país.

Mas por quanto tempo se manterá no Brasil a defasagem entre a política climática e a posição de negociação que o mantém atrelado às conservadoras China e Índia? Graças aos interesses dos diversos setores econômicos brasileiros e da dinâmica da opinião pública, talvez não por muito tempo.





MERCADOS CAP-AND-TRADE



A criação de mercados regulados de carbono tem como objetivo reduzir emissões de GEE com uma relação favorável de custo-eficiência. Uma vez que os participantes do mercado têm suas emissões e a quantidade limitadas de créditos, a relação oferta/demanda os leva a atribuir um valor monetário a estes créditos. Existem dois principais tipos de créditos em um mercado de carbono no modelo *cap-and-trade*: *allowances* e *offsets*.

A criação de um mercado *cap-and-trade* faz parte de um conjunto de ferramentas, as regulamentações baseadas em incentivos (RBIs), do qual também faz parte a criação de uma taxa sobre emissões de GEE. Neste conjunto, as fontes contingenciadas alcançam suas metas através de incentivos de mercado. Dentro de uma RBI, empresas têm maior flexibilidade para encontrar soluções e reduzir emissões, alcançando metas de forma 'custo-eficiente'. Estas soluções são contrárias às ferramentas denominadas regulamentações de comando-e-controle (RCCs), nas quais metas individuais são aplicadas a todas as fontes contingenciadas.

Economistas defendem regulamentações mais flexíveis, pois através de RBIs os custos totais de redução de emissões são inferiores àqueles decorrentes de RCCs. É importante afirmar que RCCs também são efetivas em alcançar reduções de emissões, porém existe um fator que na prática as tornam inferiores às RBIs. Em teoria é possível estabelecer metas diferenciadas dentro de uma RCC, onde diferentes fontes possuem metas proporcionais à sua habilidade de reduzir emissões. Porém, diferentes atores dentro de um mercado não possuem acesso às informações necessárias para realizar decisões mais eficientes.

A solução preferível são as RBIs, onde um mercado propriamente regulado cria condições que permitem que metas sejam atingidas de uma forma 'custo-eficiente' sem que necessariamente o regulador tenha que ter acesso a tais informações.

Um dos principais pontos de discussão sobre mercados de *cap-and-trade* é a equidade, que se traduz no problema de alocação inicial de permissões - *allowances*. A partir do momento em que metas são estabelecidas, o governo responsável pela criação do mercado deve alocar permissões para todas as fontes contingenciadas. Este processo é vital para o sucesso do mercado, uma vez que a escassez ou o excesso de permissões podem comprometer o seu funcionamento. O órgão regulador deve decidir o método de alocação e como lidar com novas fontes emissoras.

Na fase inicial de alocação de créditos o órgão regulador tem duas escolhas: 1) permissões são fornecidas a custo zero a fontes reguladas ou não reguladas (grátis) ou 2) fontes contingenciadas devem adquirir créditos, onde a maneira mais comum para tal aquisição é através de leilões. A opção mais comumente utilizada é uma mistura entre alocação grátis e leilões.

Outro problema associado à criação de um mercado de *cap-and-trade* é a questão de *grandfathering* (protegidas). Os órgãos responsáveis pela elaboração do mercado devem decidir como incorporar antigas regras e leis à nova regulamentação. Caso decida-se beneficiar fontes de emissões afetadas por leis prévias, que já modificaram sua infraestrutura e reduziram emissões antes das novas regulamentações, estas fontes são consideradas *grandfathered* e podem ser isentas de novas limitações ou receber créditos adicionais.

MARCO ANTONIO FUJIHARA,
GESTOR DO FUNDO BRASIL
SUSTENTABILIDADE DO BNDES

COP-15: RESULTADO FRUSTRANTE E MARCO SOBRE ENTENDIMENTOS

Considerando a COP-15 como o auge de um processo de dois anos, delineado no Caminho de Bali³ e que envolveu mais de 200 dias de negociações e reuniões preparatórias, o resultado foi frustrante. Os dois trilhos de discussão – convenção (LCA) e Protocolo de Kyoto – tiveram como resultado básico a determinação de mais tempo para discussões para uma nova tentativa de um acordo, quem sabe na COP-16, marcada para dezembro de 2010, em Cancun, no México.

O Acordo de Copenhague pretendia ser um orientador claro do enfrentamento das mudanças climáticas com objetivos e metas de longo e médio prazos e compromissos de mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação. Infelizmente, esvaziado de conteúdo, não conseguiu aprovação do plenário da COP como decisão.

A não aprovação do Acordo pela objeção expressa por cinco países (Venezuela, Bolívia, Cuba, Sudão e Tuvalu) se deve especialmente à questão de processo e menos de conteúdo.

Apesar destes resultados, a COP-15 representou um marco sobre diversos aspectos:

- Participação de centenas de Chefes de Estado – inclusive com discussão direta de conteúdo – elevando o *status* político do tema ao mais alto nível possível.
- Reconhecimento de que as decisões devem ser tomadas hoje com base na melhor informação disponível (em oposição à necessidade de ter 100% de certeza antes de tomar medidas concretas).

- Acordo sobre: limite do crescimento da temperatura média do planeta em 2°C ou menos; conceito de pico global de emissões – embora sem determinação de valores; mudança de escala de recursos necessários para promover uma economia de baixo carbono e adaptação em países em desenvolvimento – passou de US\$ 10 para 100 bilhões/ano; limite global de emissões.

- Aceitação da inclusão de REDD (Redução das Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal) como mecanismo de mitigação global de emissões e com ênfase na necessidade de recursos urgentes e substanciais para implementar ações imediatamente.

- Entendimento que em 2015 deve ser feita a revisão de compromissos, de acordo com o próximo relatório do IPCC⁴, inclusive considerando o cenário de limitar o crescimento da temperatura média em 1,5°C.

Talvez a percepção mais forte resultante de Copenhague é a de que o estabelecimento de um novo acordo é uma questão de tempo. Esta percepção é fomentadora de ação, ao contrário do que se esperaria da ausência de um acordo.

Durante os últimos dois anos, o engajamento da sociedade civil – do terceiro setor e das empresas – cresceu e se adensou de forma rápida e contundente. Este movimento deverá tomar de assalto o direcionamento dos governos na agenda climática.

Até a COP-15, os governos procuravam chegar a um acordo que definisse os rumos a serem seguidos no trato das mudanças climáticas. A partir de 2010, a sociedade participa mais ativamente do processo, através de ações e de cobrança, cooperando na transição para uma economia de baixo carbono. Cabe aos governos regulamentar esta ação pelo novo acordo climático.

Neste novo cenário quatro ideias devem moldar a agenda deste e dos próximos anos: (1) caminho sem volta, mesmo sem mudanças climáticas; (2) ausência de acordo pode ser oportunidade; (3) urgente é o longo prazo e (4) adaptação é para já.

³ Em Dezembro de 2007, foi realizada em Bali, Indonésia, a COP 13, onde foi estabelecido o Mapa do Caminho de Bali, contendo as principais etapas e critérios da negociação a serem realizadas em 2008 e 2009.

⁴ O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) foi criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), agências das Nações Unidas, com o objetivo de avaliar a extensão das mudanças climáticas. Publicou relatórios em 1990, 1995, 2001 e 2007. O documento de 2007 envolveu mais de 1.200 cientistas e concluiu que os países desenvolvidos devem reduzir as emissões GEE em 40% até 2020, a fim de manter a elevação da temperatura do planeta no limite de 2°C.

1) O caminho sem volta – implementar uma transição para uma economia de baixo carbono implica em ações que fazem sentido mesmo em um contexto de ausência das mudanças climáticas, incluindo: eficiência no uso dos recursos; reutilização e reaproveitamento de materiais e energia; desenvolvimento de alternativas tecnológicas; conservação dos recursos naturais renováveis; e reversão da dependência de recurso não renovável. A questão das mudanças climáticas apenas serviu como um catalisador para que estas ações sejam implementadas de forma sistemática e integrada.

2) Ausência de acordo pode ser oportunidade – em um contexto onde os agentes econômicos e sociais percebem a tendência clara de construção de um acordo internacional para o enfrentamento das mudanças climáticas, eles começam a operar para se antecipar ao acordo de forma a obter mais benefícios no futuro (*up-side*). Neste contexto, a ausência de um acordo proporciona um campo fértil para que todo tipo de empreendedor (mais ou menos avesso a riscos) seja atraído para a implementação de ações de transição para uma economia de baixo carbono.

3) Urgente é o longo prazo – os investimentos em infraestrutura, especialmente em energia, são determinantes para a definição das emissões futuras de GEE. Uma termoeletrica construída hoje significa a contratação de emissão por 40 anos. Portanto, as decisões sobre os projetos de longo prazo são os mais urgentes, sendo necessário criar as condições que favoreçam os investimentos em empreendimentos e tecnologias que possam convergir para uma economia de baixo carbono. Quatro fatores devem ser considerados: o custo da energia fóssil; o preço do carbono/custo de emissão; o custo da tecnologia renovável/alternativa e a Política de Incentivos.

4) Adaptação é para já – estima-se que a temperatura média da terra já tenha subido 0,60C no ultimo século e seu aumento continuará pelo efeito acumulativo dos GEE na atmosfera. Portanto, os efeitos das mudanças climáticas derivadas desta alteração logo começarão a ser sentidos. É preciso compreender – ao maior nível de precaução – as alterações climáticas e os possíveis impactos, especialmente em geração de energia, pro-

dução agrícola e florestal, saneamento e acesso à água e áreas de risco físico. Para minimizar seus impactos negativos a adaptação tem que ser prevista, planejada e preparada com antecedência.

No Brasil, a implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas - incluindo a meta de redução de pelo menos 36,1% as emissões em relação ao cenário projetado para 2020 – deve considerar estas quatro ideias para criar as condições para nossa transição para uma economia de baixo carbono.



TASSO REZENDE DE AZEVEDO,
CONSULTOR DO MINISTÉRIO
DO MEIO AMBIENTE

O DEBATE

O legado da COP-15

George Vidor – Que saldo a COP-15 deixou e qual é a perspectiva quanto às metas e ações?

Israel Klabin – Eu estive em todas as conferências sobre o clima, desde 1992, quando o encontro foi realizado no Rio de Janeiro, e apesar de muitos terem considerado a COP-15 um fracasso, eu considero os efeitos do encontro de forma altamente otimista, seja pelo número de chefes de estado reunidos sob o tema (80, o maior, desde 1992), seja por um senso comum quanto à ideologia e urgência climática.

Os avanços da COP-15 podem ser explicitamente observados com relação ao papel das empresas, tanto das alianças que se formaram quanto do envolvimento de executivos das grandes corporações. A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS coordena, desde 2009, a Coalizão de Empresas pelo Clima. A partir da iniciativa o Governo Federal encomendou um trabalho para auxiliar na definição das metas e mecanismos que irão pautar a posição brasileira para a COP-16, marcada para o final de 2010, em Cancun.

George Vidor – em um encontro em que participei na FBDS, estavam lá empresas que fazem parte desta coalizão pelo clima e que no passado recente eram apontadas como culpadas por um passivo ambiental. Hoje, essas empresas tomam a iniciativa sob a consciência de que elas precisam assumir responsabilidades e agir.

Eduardo Viola – O significado da COP-15 é contraditório. Do ponto de vista da negociação multilateral, o encontro mostrou obstáculos inerentes à dinâmica das negociações multilaterais na ONU, uma vez que são cerca

de 200 países que precisam chegar a um consenso. Um tratado relevante requer uma negociação incisiva e com concessões dos principais players: as grandes potências climáticas (EUA, China e UE) e as potências climáticas (Rússia, Brasil, Índia, México, Indonésia e Coréia do Sul). Um acordo global requer como condição necessária, porém não suficiente, engajamento de EUA, China e UE.

George Vidor – Mas o que pode ser considerado decisivo nos últimos anos para a mudança de mentalidade do senso comum?

Eduardo Viola – Há até pouco tempo, os EUA e a China eram bloqueadores de uma transição para uma economia de baixo carbono. A grade mudança diz respeito à nova opinião pública norte-americana, a partir de 2006, e as transformações que ocorreram na China. EUA e China têm um complexo econômico-tecnológico-político que é conservador e outro complexo reformista favorável à transição para uma economia de baixo carbono.

Nessas duas grandes potências existem forças contraditórias. No caso da China, há um sistema exportador e produtor de altíssima intensidade de carbono, mas nos últimos três anos a economia chinesa apresentou metas – e investimentos em energias renováveis e alta eficiência de energia. Existem empresas norte-americanas favoráveis à reforma, como as de tecnologia, mas ainda há um núcleo resistente, formado por empresas de petróleo (pequenas e médias), de energia elétrica, de siderurgia e do complexo automotivo.

A posição das empresas brasileiras



George Vidor – Viola, você contribuiu também nos debates dos setores produtivos. Você acha que o *start* da posição empresarial foi a COP-15 ou já havia um processo que resultou em posição empresarial mais ativa?

Eduardo Viola – Já havia o processo, com o empresariado tomando consciência, questionando a política atrasada do governo brasileiro, agindo de forma isolada. Mas as coalizões empresariais que se organizaram no país fortaleceram a posição política do setor produtivo e foram decisivas para a mudança de posição brasileira nas negociações. O Brasil se coloca hoje em uma posição muito avançada.

Redução do desmatamento



George Vidor – E como as empresas brasileiras se comportam hoje em relação às emissões?

Eduardo Viola – As empresas brasileiras podem ser analisadas em duas dimensões: intensidade de carbono dos processos produtivos e potencialidade de redução da mesma, e mentalidade dos dirigentes. E essas coalizões empresariais brasileiras foram lideradas e organizadas por empresas de vanguarda e reformadoras.

George Vidor – Tasso, na área em que você se especializou é que o Brasil tem o maior desafio que é a questão do desmatamento. Como foi sua experiência na preparação de um modelo institucional de sustentabilidade?

Tasso Rezende de Azevedo – Intensificamos trabalhos relacionados à redução do desmatamento, promoção de manejo florestal sustentável e gestão de florestas públicas. Isso resultou na proposta de criação do Fundo Amazônia, para promover projetos de prevenção e de combate ao desmatamento e para a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico.

Na COP-15, foi estabelecido o parâmetro de 2°C como o limite para o aumento de temperatura do planeta. O Brasil seria um dos principais países impactados, uma vez que é extremamente dependente de água, para a agricultura (importante fator da economia brasileira) e para geração de energia.

Nos últimos dois anos, houve uma reforma na forma de se pensar o tema das mudanças climáticas e a COP-15 representou a oportunidade de inserir o tema de florestas de uma forma mais adequada no problema global do clima. Hoje, há um entendimento de que o tema de florestas diz respeito a uma parcela das emissões globais – algo entre 10% e 20%, dependendo das referências usadas para o cálculo.

George Vidor – E sobre os mecanismos de REDD - Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação?

Israel Klabin – As discussões em torno do REDD são exemplo de avanço da COP-15, que claramente interessa ao Brasil, uma vez que 55% das emissões brasileiras são oriundas do desmatamento e tendo em vista que essa é a responsabilidade maior do país.

Tasso Rezende de Azevedo – A decisão do governo brasileiro de reduzir o desmatamento em 80% até 2020 criou o espaço de argumento para se falar em redução de emissões como um todo no país. O Brasil vem discutindo sobre como usar da forma mais adequada o REDD e avançar nas NAMAs – *Nationally Appropriate Mitigation Measures*, ou ações voluntárias de redução de emissões. Mas na COP-15, apesar de tudo pronto para avançar na questão, a decisão foi por adiar acordos quanto ao mecanismo de REDD.

A transição para uma economia de baixo carbono



George Vidor – O Brasil conseguiria se auto-sustentar numa mudança para uma economia de baixo carbono, mas o mundo vai ter que criar um mecanismo evoluindo do Protocolo de Kyoto. É isso mesmo, Fujihara?

Marco Fujihara – Devemos prestar muita atenção no bilateralismo, crucial para as negociações. Acredito que a mobilização empresarial tenha sido pautada por isto, uma vez que o congresso norte-americano estabelece uma conta de carbono nos ajustes dos produtos brasileiros de exportação. O setor privado se mobilizou pela capacidade empresarial, mas também em função dessa pressão, porque a agenda do clima se casou com a agenda comercial. Não há mais dúvida: a agenda do clima e a comercial são agora uma só.



Existe o medo de como a empresa deve se portar em uma economia de baixo carbono, que não se sabe bem o que é. Por outro lado, há o ativismo no mercado de capitais, a exemplo da “IBrX-50”, ações mais líquidas negociadas na Bovespa, cujas emissões serão levadas em conta. Há mudanças mundiais sob dois aspectos: a do consumidor e do investidor.

Mas se as metas brasileiras são voluntárias, para que as empresas as cumpram, que tipo de benefício o Governo Federal dará? Por enquanto, a empresa precisa optar se cumpre as metas para ajudar o governo, para ter crédito de carbono ou para investir no mercado. Neste esquema, o Brasil tem que tomar cuidado para que a economia não rume para o lado errado, e passe a ser de alto carbono: somos o único país do mundo que concede incentivo para construção de termoelétrica.

George Vidor – Mas no que estamos errados e qual é o caminho?

Marco Fujihara – É preciso transformar a vantagem comparativa do Brasil em vantagem competitiva. Porque a legislação sobre clima, por exemplo, não leva em

consideração a competitividade nacional. Quer dizer que setores no Brasil poderiam ter maior ou menor impacto, onde o governo pode conceder mais ou menos incentivos para que esses setores possam crescer mais. Acho que já está na hora de começarmos a discutir mudança de clima como competitividade.

Eduardo Viola – Todas as metas brasileiras foram feitas de última hora em uma lógica política, que ao mesmo tempo representava a demanda de transformação da sociedade brasileira e a demanda empresarial, intensificada no ano passado. A lei brasileira é boa, mas ainda não é ótima porque não introduz decisivamente o vetor de competitividade. O governo tem que estabelecer contrapartida e incentivo.

Já a Lei do Estado de São Paulo se propõe a um objetivo ambicioso, que requer aumento da competitividade industrial para reparar uma economia de baixo carbono, mas também falha porque não estabelece os mecanismos precisos para isso. Então, no papel, é uma lei mais arrojada do que a federal, mas também não “cobra” e não estimula a competitividade.

Paragominas - da lista negra ao exemplo sustentável

Paragominas é um município da Belém-Brasília, no leste do Pará, uma região que já foi o principal pólo produtor de madeira na Amazônia, que chegou a ter 400 serrarias na cidade, a própria imagem na insustentabilidade predatória. O município já foi o 36º na lista dos que mais desmatam no país e uma região marcada pela violência, a exemplo do episódio de um posto do IBAMA de lá que foi queimado e os funcionários sofreram linchamento.

Apesar de todo desmatamento, Paragominas ainda tem 55% de cobertura florestal. Há dois anos, o prefeito da cidade se uniu aos representantes do sindicato rural e eles fizeram um acordo para alcançar o impacto zero e tentar escapar da lista negra (que impede que o município receba crédito federal). O processo levou dois anos e desde abril de 2010, o município saiu da lista.

“Eu estive lá com representantes dos plantadores de soja, dos pecuaristas, dos madeireiros e trabalhadores. A proposta foi a de que o governo federal conceda um certificado de origem do município, uma vez que eles estão indo muito além do fato de terem saído da lista dos que mais desmatam. Dizem eles que Paragominas é o município que mais refloresta na Amazônia, tem 50 mil hectares plantados e que, diferente do resto do Brasil, não planta eucalipto, mas sim o paricá, nativo da região”, defendeu Tasso Rezende de Azevedo.

Hoje, Paragominas tem uma fábrica de MDF de altíssima tecnologia na área florestal, feito à base de espécies nativas. O município também tem a maior operação de manejo florestal sustentável certificada. É um exemplo bem-sucedido de como os mesmos atores, antes do desmatamento, hoje, com o arranjo florestal, inverteram a equação, entendendo que o futuro passa necessariamente por essa nova postura sustentável.

O Rio de Janeiro



Marco Fujihara – Há uma outra questão séria, no contexto brasileiro: embora o Brasil esteja se esforçando para ter mecanismos de baixo carbono, na prática está trazendo para o país uma indústria de alto carbono, como é o caso do primeiro grande investimento chinês por aqui, que é de uma siderúrgica chinesa que comprou parte do complexo do aço instalado em Itaguaí.

O município de São João da Barra tem 33 mil habitantes, em 2019, só no complexo vão ter 25 mil pessoas trabalhando direto. E mais 25 mil em trabalho indireto. Então, em dez anos, esse município terá cerca de 400 mil pessoas vivendo em torno do complexo.

Israel Klabin - E essa siderúrgica, sozinha, emitirá tanto quanto o Rio de Janeiro emite hoje. Como responsabilizá-la por essa emissão e como responsabilizar o governo? Não existe indústria que não seja responsável por algum nível de emissão. A quem cabe a responsabilidade das emissões do setor por setor, ou indústria por indústria? Acho que o primeiro passo é determinar que todas as empresas tenham definida sua pegada de carbono, façam seu inventário de emissões.

Marco Fujihara – Talvez o Rio de Janeiro possa ser o primeiro Estado brasileiro a fazer o sistema de *cap and trade*. Já que há hoje tantos investimentos intensivos de carbono no Estado, o ideal é que seja pensado um sistema de locação de *capture trade* partindo daqui.

Israel Klabin – O Rio de Janeiro tem um horizonte que necessitará do *cap and trade*. Uma possível solução é a internalização do custo de carbono, na medida em que se encontre mecanismos de implementação viáveis. E se for feito um sistema de compensação do custo de carbono, empresa por empresa, consequentemente, se formará um mercado de carbono que pode ganhar força no Estado. Neste aspecto, é fundamental o papel das federações, como a FIRJAN, que deve assumir uma liderança pró-ativa.

Os mecanismos de financiamento



Tasso Rezende de Azevedo – Com o crescimento do país, há uma tendência a aumentar o padrão de emissões, principalmente no setor energético. Precisamos saber como mobilizar recursos do Fundo do Clima, da reforma tributária e de outras fontes para que sejam usados na forma de incentivos. Assim, será possível que os diversos setores compitam por esses recursos. Mas para o governo é mais fácil criar um instrumento restritivo do que um de incentivo.

Se o país tiver de fato um sistema interno de comércio, será muito melhor do que qualquer fundo. Precisamos transformar essa realidade do Estado como o Rio de Janeiro que tem previsto uma economia de alto carbono em reduções e que o Estado capture esses investimentos em uma economia de baixo carbono, num sistema equânime de *cap and trade* e não no sistema burocrata.

Eduardo Viola – Houve discussões, em Copenhague, com negociadores brasileiros, não sobre princípio do controle das emissões ou de desmatamento evitado, mas sobre mecanismos de implementação e se eles serão centrados no governo ou serão *cap and trade*. Todos nós que trabalhamos com empresa privada achamos que deve ser *cap and trade*, no entanto há uma tendência clara do governo em concentrar as autorizações dentro do sistema de fundos, o que faria com que o assunto voltasse a ser politizado. A sociedade precisa debater o tema mais claramente. Acredito que só haverá sistema de *capture trade* se o setor empresarial disser para o governo “essa é a regra que o setor produtivo privado quer”.

Israel Klabin – Durante a COP-15, também conversei com representantes do governo brasileiro, e a posição é taxativa: o país precisa manter isso dentro de decisões políticas feitas pelo governo e não liberadas através de um sistema de *cap and trade*. Mas as empresas querem impor condições. O setor produtivo está junto na Coalizão de Empresas pelo Clima e tantas outras iniciativas, e precisa assumir responsabilidades. Precisamos decidir, não mais quanto aos princípios, mas quanto aos mecanismos de implementação.

Marco Fujihara – Quando o *cap and trade* foi criado, na década de 1990 e no Protocolo de Kyoto, a ideia era a de que o imposto ao carbono substituiria o imposto ao capital e ao trabalho. Não é para aumentar a carga tributária, mas sim promover uma mudança no sistema tributário. A experiência europeia com *cap and trade* tem mostrado que o custo é alto, que há uma série de problemas de fraude, mas do ponto de vista da economia, o imposto é muito mais sensível. O mundo caminha talvez para uma combinação de *cap and trade* e imposto. Em um país como Brasil, com uma carga tributária excessiva, a resistência fica por parte dos empresários, e com razão. Portanto, essa é uma discussão que interessa às empresas. As companhias norte-americanas não entraram no Protocolo de Kyoto e não têm metas específicas, no entanto, lá foi criada a Bolsa de Chicago, que negocia créditos de carbono.

Estamos discutindo como implementar medidas de incentivo, mecanismos financeiros e estabelecer uma tributação ou um mercado de captura interno. Mas também são vertentes importantes o mercado consumidor como o mercado de investimentos. A bolsa de São Paulo vai lançar até o final de 2010 um índice de carbono eficiente da bolsa, a primeira experiência do mercado de capitais brasileiros que discutirá receitas por emissões. A bolsa de Londres tem uma iniciativa nesses moldes.

Mas o mercado consumidor tem o poder de induzir processos mais rápidos do que o mercado de investimentos. Há alguns anos, os adeptos da comida orgânica eram considerados *hippies*. Hoje, os produtos orgânicos ganharam destaque nas gôndolas do supermercado. Quer dizer, já houve mudanças dos paradigmas de consumo. Se for criado um sistema de *cap and trade* no Brasil, será possível ter investimentos relacionados a isso. E o consumidor poderá verificar se o seu investimento sobre determinados conceitos de uma economia de baixo carbono, e o consumidor é induzido nesse processo rapidamente. O consumidor muda o procedimento sim.

O papel do governo



George Vidor – Os governos são também prestadores de serviços, efetivamente. As empresas serão vilãs solitárias ou os governos também tem que ter metas, obrigações ou mudanças comportamentais?

Eduardo Viola – Os governos dos países mais avançados já estabeleceram metas para o funcionamento das diversas repartições públicas. O Reino Unido tem hoje um duplo orçamento, um orçamento monetário e um orçamento de carbono. O que quer dizer que o governo britânico tem que funcionar a cada ano com menos intensidade de carbono. Esta é uma tendência mundial, em relação à qual o Brasil está atrasadíssimo. A responsabilidade de um país como o Brasil diz respeito também à mudança nos três níveis, retórica, atitude e comportamento. E neste aspecto, quem está na frente no país é um segmento de empresas, as tais empresas de vanguarda e reformadoras.

Tasso Rezende de Azevedo – A lei federal prevê 11 setores que vão ter que ter metas específicas de redução de emissões, dos quais dois são públicos - um geral e outro específico de saúde. É preciso olhar o setor público sob três aspectos: (1) emissões do setor público como um todo. A polícia federal foi o primeiro órgão da administração federal que fez o seu balanço de emissões e estratégia para redução; (2) o governo como regulador, que pode, através de mecanismos de regulação, impor expressivas mudanças; (3) as empresas públicas, a exemplo da Petrobras, que sozinha emite 50 milhões de toneladas, com a perspectiva de que esse valor dobre com a entrada do pré-sal.

O papel dos indivíduos



George Vidor – Sobre o papel dos indivíduos, de fato o que pode ser feito para que cada um se torne uma “pessoa de baixo carbono”?



Marco Fujihara – Essa questão é muito pragmática no caso brasileiro. Calculando as emissões de um indivíduo, só dois aspectos são efetivos quanto ao carbono emitido: viagens de avião e transporte individual. Embora as emissões do setor aéreo não sejam tão importantes do ponto de vista global, no caso individual faz muita diferença na conta. Um voo Brasil-Europa emite mais do que um carro de passeio emite o ano inteiro. Mas acho que o principal fator a ser observado pelo lado do consumidor não é o que ele emite como indivíduo, mas qual é o seu comportamento como consumidor e em relação aos agentes econômicos que produzem as coisas que ele consome. Individualmente, o consumidor é aquele que tem a capacidade de provocar as pressões e as grandes transformações.

Israel Klabin – Tem outro ponto em relação a transporte, que é a fraqueza da mobilidade ferroviária e o estrangulamento da rodoviária, o que dá uma intensidade de carbono muito alta por km rodado do parque do veículo, seja caminhão ou carro misto (com etanol e gasolina). No transportes de cargas, o Brasil tem o pior desempenho do mundo nos últimos 15 anos, comparado com os países mais importantes, em termos de intensidade de carbono. Isso porque é um país muito rodoviário. O movimento pela demanda de mais transportes coletivos no Brasil é um movimento débil, a lógica da ação coletiva é muito fraca. A tendência das pessoas é preferir andar de carro, por uma questão cultural, de poder de compra. Mas uma mudança seria decisiva para a descarbonização e qualidade de vida.

Marco Fujihara – Talvez a melhor maneira para trabalhar na questão da intensidade da economia de carbono ser assumida pelos indivíduos seja a criação de fundos de investimentos. As pessoas poderão entender que este pode ser um mecanismo interessante de poupança individual. A maioria dos estudos de carbono que temos no Brasil, com exceção do BNDES, é da área de cosméticos. Os bancos privados não conseguiram ainda fazer um fundo de investimentos que tenha aplicabilidade e uma economia de baixo carbono atrelada.

O impacto das emissões na competitividade



Amélia Gonzalez (jornalista, estava na plateia) – Há seis anos, me falaram que a sustentabilidade ia virar valor de competitividade entre as empresas. Vocês acham que esse fator é positivo ou negativo?

Eduardo Viola – É positivo, mas ainda é muito difícil saber o que *greenwashing* e o que não é, até porque imagem corporativa é confundida com reputação corporativa. Imagem corporativa é justamente uma campanha de marketing, mas a reputação é construída ao longo do tempo. Sustentabilidade é um negócio de longo prazo, que requer investimento e mudança de mentalidade e postura.

Marco Fujihara – O tema de mudanças climáticas é um catalisador de boas práticas, práticas que seriam lógicas de fazer, mas que não tinha tido algo que catalisasse ela para fazer ao mesmo tempo, então é uma grande oportunidade para uma evolução demais eficiência.

Israel Klabin – A sustentabilidade vista como instrumento de competitividade é positiva, mas essa já é uma resposta aquilo que a consciência pública está demandando. As empresas não estão agindo por filantropia, mas por uma necessidade de serem incluídas em uma agenda que hoje é de domínio público. O planeta só vai sobreviver com melhoria de condições de futuras gerações. Para isso, precisamos vencer os três problemas fundamentais: econômico, ambiental e social. Não existe mais possibilidade de desenvolvimento que não tenha o critério de sustentabilidade deste *triple bottom line* no centro de suas preocupações. O problema social, que era tratado de uma forma filantrópica, hoje passou a ser condição para que as empresas sejam aceitas pela sociedade.



CAPÍTULO II
EVENTO
MINAS GERAIS



NEGÓCIOS INCLUSIVOS E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS



Em um cenário mundial de alerta sobre as reservas de recursos naturais e de questionamento sobre os modelos econômicos de produção e consumo, o Sistema FIEMG, por meio da parceria estabelecida pelo SESI-DN e a FBDS, realizou o seminário Negócios Inclusivos e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais, no dia 28 de abril de 2010, durante o encontro do Conselho de Cidadania Empresarial.

O encontro foi aberto por Olavo Machado Jr. e José Tadeu de Moraes, respectivamente presidente do Sistema FIEMG e presidente do Conselho de Cidadania Empresarial. O professor Celso Lemme, do Instituto COPPEAD de Administração da UFRJ, e Ricardo Vescovi, Diretor de Operação em Sustentabilidade da Samarco Mineração, foram convidados para o debate, mediado por Clarissa Lins, Diretora Executiva da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS.

Após o debate, foram apresentados o Programa Minas Sustentável, pelo consultor Flávio Mayrink, e os resultados da Pesquisa Sustentabilidade nos Negócios, por Luiz Gonzaga Leal, Gerente de Projetos da Fundação

Dom Cabral. O evento contou ainda com a presença do representante do Ministério Público, Tomás de Aquino, que também preside o Centro de Apoio ao Terceiro Setor de Minas Gerais.

“O Conselho de Cidadania da FIEMG está comemorando dez anos sob êxitos importantes. As empresas de Minas Gerais têm assumido compromisso com relação à cidadania e à responsabilidade social. Ainda há o que avançar, principalmente no âmbito das pequenas empresas, mas temos bons exemplos, que serão aqui apresentados, que servem de motivação e incentivo para que todas as empresas se comprometam com esse desafio importante: a sustentabilidade”, disse José Tadeu de Moraes, Presidente do Conselho de Cidadania Empresarial do Sistema FIEMG.

**OLAVO MACHADO JR.,
PRESIDENTE DO SISTEMA FIEMG**

Minas Gerais tem 77 mil empresas industriais registradas no CAGED, na Secretaria da Fazenda e na Junta Comercial. Se forem incluídas as companhias de construção civil, este número sobe para 120 mil empresas. Mas das 77 mil, apenas 3.800 recolhem a totalidade de impostos ou pelo menos 95% dos impostos previstos para suas atividades e são elas responsáveis por 72% dos empregos da indústria no Estado mineiro. Aproximadamente 54 mil empresas não têm nenhum funcionário, mas fazem parte da estatística de 77 mil. A primeira preocupação deve ser como fazer para que as pequenas empresas possam efetivamente estar no mercado.

Uma deficiência que a grande maioria das empresas filiadas à Federação das Industriais tem é ver a questão ambiental também como parte do negócio. O empresário precisa entender que não está perdendo em preservar o meio ambiente, pelo contrário: pode aumentar a eficiência de sua empresa. É para vencer esse e outros desafios que os novos tempos nos impõem que reunimos aqui especialistas e empresários, que vão dividir experiências e pensar juntos em soluções para o desenvolvimento sustentável de nosso Estado e de nosso País.



ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA GERAÇÃO DE VALOR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EMPRESARIAIS



CELSO LEMME,
PROFESSOR DO INSTITUTO COPPEAD
DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRJ

Percepção e reação

Nos primeiros meses do ano de 2010, vários estados brasileiros receberam uma mensagem muito dura em virtude de enchentes, catástrofes naturais e despreparo do país para lidar com tais situações. O número de mortos foi equivalente ao provocado por uma possível queda de um avião, com mais de 350 pessoas. A notícia da queda de um avião lotado certamente produziria reações imediatas. A mesma morte em circunstâncias também trágicas, mas para as quais poderia ter havido preparação prévia, talvez não provoque a mesma reação e é mais brevemente esquecida pelo senso comum.

Este exemplo mostra que o primeiro desafio para quem está em uma posição de liderança é quebrar a inércia. Em inúmeras pesquisas realizadas em âmbito acadêmico, percebe-se que o aumento do consumo do padrão econômico é real, mas o aumento de bem-estar nem sempre. Há cada vez mais pessoas infelizes com as pressões do dia a dia, impostas pela forma como a sociedade está organizada. Assistimos diariamente à convivência da miséria com o desperdício. E por que olhar para isso é importante quando se fala em vincular aspectos socioambientais aos financeiros? Talvez este seja o maior desafio da área empresarial: mostrar que lucro e sustentabilidade são compatíveis, mostrar que não é preciso escolher entre o desempenho socioambiental e financeiro.

Responsabilidade social, ação empresarial e lucro podem ser separados?

A pergunta que todo empresário deve fazer a si mesmo é se podem existir empresas vencedoras em sociedades derrotadas. Quem vai usar essa mudança no ambiente de negócio para assumir a liderança? É preciso que o empresariado perceba as questões socioambientais não como uma ameaça, mas como uma oportunidade. Todo tipo de poluição e de violência urbana é antes de tudo um desperdício de recurso natural e de capital humano. E se é desperdício provavelmente será ruim para o resultado da empresa. Neste caso, é preciso que se use a sustentabilidade como um motor da inovação.

O desafio empresarial está justamente em relacionar as questões socioambientais com o desempenho financeiro. Friedman criou o termo *stakeholder*, afirmando que o negócio responde a vários donos, inclusive ao acionista. Em tempos atuais, as empresas precisam de licenças como a de instalação e de operação, que são licenças escritas. Mas também precisam de uma outra licença, que não depende de papel, mas do senso comum, que é a licença social. Um exemplo polêmico é o de Belo Monte, que tem licença ambiental. Mas será que tem licença social? Caso não a tenha, isto pode causar impactos no projeto? Certamente que sim e muitos.



Buscar a licença social, assim como levar em conta a pegada ecológica (rastros ambientais deixados pela empresa), não é um favor ou uma caridade, mas é uma estratégia de negócio. Uma das maiores empresas de cerveja e refrigerante, cujo negócio tem a água como insumo indispensável, conseguiu, em um intervalo de seis anos, reduzir o consumo de água por litro de cerveja, de 5,5 para 4, 23%. Quando essa empresa reduz a quantidade de água no processo, ela está gerando um impacto ambiental positivo ou está ganhando dinheiro? Está fazendo os dois necessariamente.

A gestão ambiental e a gestão social caminham juntas e estão vinculadas aos resultados. Já está claro que há um caminho e uma grande oportunidade, mas é preciso que líderes empresariais assumam os processos nas empresas.

Escassez de recursos essenciais

Os gastos com energia também são considerados um desafio determinante para a sustentabilidade, uma vez que fontes fósseis, como petróleo, carvão e gás não são renováveis, e ainda que no Brasil haja um grande potencial em biomassa e novas energias renováveis, como a eólica, a matriz energética é um desafio para o país.

Segundo um estudo das Nações Unidas (março/2010), cerca de 20% da população mundial em 30 países já sofre com escassez de água, alimento, energia etc. Se não houver medidas efetivas, em 15 anos serão 30% da população, em 50 países. Há um problema de uso e distribuição dos recursos, portanto, de desigualdade. Um cidadão nos Estados Unidos consome em torno de 570 litros de água por dia, enquanto um queniano consome 50 e um brasileiro 190 litros.

Neste estudo da ONU, “água virtual” é aquela que não é usada diretamente, mas para se fazer um produto. Nestes parâmetros, um computador gasta 1.500 litros de água para ser produzido, um hambúrguer 2.400 litros (levando em conta a cadeia de produção do gado, do queijo etc), um quilo de carne bovina 15 mil litros, um carro 400 mil litros de água. E quem paga essa conta? Países como o Brasil são exportadores virtuais de água porque exportam *commodities* agrícolas. Todo país que importa produtos é um importador de água.

Hoje, a população mundial é de 6,97 bilhões e a estimada para o ano de 2050 é de 9,1 bilhões de pessoas. E são pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia que curiosamente pagam os preços mais altos. Então há um grande potencial para criação de mercados para utilização de serviços básicos e, portanto, muitas oportunidades de negócio.

O porque da sustentabilidade

A discussão sobre sustentabilidade pode repetir o sucesso da gestão da qualidade na década de 1980. Este debate passou por qualidade do produto, por processo e chegou à temática do meio ambiente. No passado, acreditava-se que a qualidade geraria custo, mas hoje é fato: qualidade é lucro. O mesmo deve ser encarado quando se fala em sustentabilidade.

As empresas agem na direção da sustentabilidade por cinco motivos: (1) redução de riscos e de conflitos; (2) pressões dos clientes, do ambiente regulatório, da comunidade e da mídia; (3) evitar desperdício de gente ou de recursos; (4) acesso a fontes de capital, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BNDES, Emissão de ADR (todas têm cláusulas socioambientais fortes); (5) inovação e reputação.



“Em tempos atuais, as empresas precisam de licenças como a de instalação e de operação, que são licenças escritas. Mas elas também precisam de uma outra licença, que não depende de um papel, mas de um senso comum, que é a licença social.”



Um bom exemplo de como incorporar a sustentabilidade em um modelo de negócio foi experimentado na década de 1950. As empresas de papel e celulose no Brasil – líderes internacionais do setor – mudaram o processo de branqueamento, substituindo o cloro, nocivo ao ser humano. O custo de mudar um processo desses pode chegar, dependendo do porte da fábrica, a US\$120 milhões. Essa mudança também produziu um impacto ambiental positivo, uma vez que retirou o cloro do meio ambiente. Tal mudança, feita em função de uma exigência dos mercados compradores, como Europa e Estados Unidos, gerou também lucros para as companhias.

Sustentabilidade no mundo dos negócios

Nos últimos anos, duas premiações do Prêmio Nobel da Paz foram voltadas para pessoas que lideraram questões socioambientais com o viés econômico, entre os quais Wangari Maathal, vice-ministra do meio ambiente do Quênia, e Muhammad Yunus, um banqueiro que criou o banco solidário em Bangladesh, e fez chegar microcrédito a comunidades com potencial de criação de pequenos negócios. O resultado é fantástico: 6,5 milhões de clientes em 71 aldeias, com 97% mulheres. A Academia concedeu, ainda, o Premio Nobel de Economia à primeira mulher da história, Elinor Ostrom, fundadora da Sociedade Internacional de Economia Ecológica.

O CDP – Carbon Disclosure Project é um movimento de instituições financeiras que procura conhecer os riscos a que as empresas estão expostas em função das mudanças climáticas e as iniciativas delas para tirar partido em modelo de negócio e sair na frente. O movimento tem adesão dos 400 maiores investidores mundiais com ativos de US\$ 60 trilhões.

Muitos produtos ingleses trazem nas embalagens o desenho de um pezinho, que indica a pegada de carbono, o que corresponde a quantidade de CO₂ emitido em

toda a cadeia produtiva dele, e que há um compromisso de reduzir tanto, em tanto tempo. Mais um exemplo de que gestão socioambiental e financeira é estratégia de negócio, e que não é assunto apenas para as grandes empresas.

Uma academia de ginástica em São Paulo é um bom exemplo de como uma pequena empresa deve agir. Ela adotou um projeto arquitetônico aproveitando luz solar, ventilação natural, coleta de água de chuva e banho para usar nas descargas, madeira certificada. O resultado: 4% de queda operacional e diversos alunos querendo participar dessa nova proposta.

No Ceará, uma empresa de lava-carros faz o serviço sem água. Desta forma, não precisa de fornecimento de água, nem de tubulação, não gera resíduo e não tem coleta. Em Xapuri, terra do Chico Mendes, o látex e a borracha estavam desvalorizados, uma empresa abriu uma fábrica e vende preservativo, que é valor agregado. A renda do seringueiro saiu de R\$ 0,70 por quilo de borracha, para R\$3,40. Qual foi a contrapartida? Mais renda, resultado na fábrica, com menos desmatamento.

O papel da liderança

As escolhas, geralmente, são difíceis. Quando se atua na área da sustentabilidade combinando efeito ambiental e social com o financeiro, há claras escolhas de alocação entre cidadãos da mesma época e entre cidadãos de diferentes gerações: você está escolhendo pelo seu bisneto, mas ele não está aqui para votar.

Para ter competição empresarial é como no esporte: o jogo só funciona com regra clara e juiz honesto, o que inclui o papel do Poder Público e das entidades setoriais. Organizar concorrência, dinamizar, liderar, sinalizar, os mais adiantados puxando os demais, analisar suprimientos. Esse é o papel de liderança do qual os empresários brasileiros não podem abdicar.



DEBATE

Clarissa Lins – a agenda da sustentabilidade é *top down*, ou seja, depende da alta administração da empresa?

Celso Lemme – Sem uma convicção muito forte de quem está no comando, nada caminha. Mas a chefia e a liderança são duas coisas muito diferentes. Alguém pode ser designado chefe, mas ninguém pode ser designado líder. Por isso, é absolutamente fundamental que quem vá liderar a sustentabilidade nas empresas seja mais do que um chefe, seja um líder!

PROJETO TABOIA LAGOA: O CASO SAMARCO

O caso apresentado a seguir pela Samarco, empresa de mineração, é um bom exemplo de como a interação entre empresa, sociedade, comunidade e poder público pode produzir bons resultados.

Nos municípios de Anchieta/Guarapari, região sul do Espírito Santo, fica a Lagoa de Mãe-Bá, segunda maior lagoa de água-doce do Estado, separada do mar por uma estreita restinga repleta de belas falésias, e que assim foi batizada em homenagem à índia Bá, chefe da tribo Negros-Galinhas, considerada mãe de todos. A Samarco tem operações na região do entorno da Lagoa, onde estão quatro comunidades.

O projeto Taboia Lagoa

Em 2005, buscando abrir um canal de diálogo com as comunidades e com a intenção de atuar de forma responsável na gestão dos recursos hídricos, a Samarco criou, em conjunto com as comunidades, o programa Taboia Lagoa⁵.

A taboia (*Typha dominguensis*) é uma planta aquática que nasce em muitas lagoas costeiras do Brasil e é uma indicadora da qualidade de água. Quando há pouca planta, significa que há oxigênio, nitrogênio e demais elementos necessários. Quando há muita taboia, significa que há uma concentração exagerada de alguns elementos e que a vida da lagoa está ameaçada, principalmente por lançamentos e esgotos sem tratamentos, por parte das comunidades do entorno.

A Lagoa faz parte do controle de Recursos Hídricos da Samarco. Se o projeto Taboia Lagoa não existisse, possivelmente a empresa teria uma solução tecnológica muito mais complexa para solucionar o excesso de taboia.

Antes de 2005, a lagoa corria o risco. Era, portanto, preciso melhorar o manejo da Taboia, que custava cerca de R\$ 300 mil por ano à Samarco. E foi a partir da implementação do programa Taboia Lagoa – que tinha por objetivos revitalizar a Lagoa de Mãe-Bá, criar diálogo com as comunidades vizinhas e promover a gestão responsável dos recursos hídricos – que nasceram dois projetos de desenvolvimento sustentável: artesanato e piscicultura.

O programa selecionou e capacitou agentes ambientais das comunidades, levando em conta a percepção local. Desta forma, foi criada a oportunidade do manejo da taboia para o artesanato, como resgate da cultura local e, adicionalmente, incremento de renda para quatro comunidades.



**RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO,
DIRETOR DE OPERAÇÕES E
SUSTENTABILIDADE DA SAMARCO**

⁵ www.youtube.com/watch?v=0ymTq3SLjJ8

Incentivo ao artesanato em fibra de Taboa

O artesanato produzido a partir do manejo sustentável da taboa é hoje uma atividade de geração de renda para as comunidades do entorno da Lagoa de Mãe-Bá. Essa alternativa é econômica, ambiental e socialmente viável, com benefícios sociais, ambientais e de resgate da cultura local. A atividade fortalece as instituições e envolve comunidade e empresa na busca de esforços comuns, para a conservação e melhoria das condições do ambiente do entorno da lagoa.

Escolhido pelo Sebrae em 2009 entre os 100 melhores grupos de artesanato do Brasil [TOP 100], o Grupo Naboa – que reúne os artesãos da comunidade do entorno – ainda tem como ganho a inclusão da Lagoa de Mãe-Bá na carteira de produção do artesanato do Estado e nacionalmente, promovendo a melhoria da qualidade das águas, o mercado justo, a geração de renda e o desenvolvimento comunitário sustentável das comunidades do entorno da Samarco.

Também em 2009, o Grupo Naboa foi destaque na Casa Cor Vitória, por ter aprimorado a maneira como faz o artesanato e tendo como resultado a negociação de um contrato com a Alemanha para comercialização dos produtos, ainda em 2010.

Expansão da piscicultura na Lagoa Mãe-Bá

Com o investimento da ordem de R\$ 30 mil, a expansão da piscicultura na lagoa se tornou uma realidade por meio da aquisição e implementação de tanques-rede, do povoamento dos alevinos, do manejo periódico e da posterior comercialização dos peixes.

O projeto com os pescadores também teve início em

2005, com a participação da comunidade de pescadores artesanais e o apoio da Prefeitura do Município de Anchieta, por meio da Secretaria Municipal de Pesca. Ao longo do processo, parceiros, entre os quais o Sebrae e a Universidade Federal do Espírito Santo, contribuíram para o desenvolvimento do projeto de formação da APLAM - Associação de Piscicultores da Lagoa de Mãe-Bá.

A APLAM conta hoje com 10 membros, 32 tanques com capacidade de produção estimada de 20 toneladas/ano e comercializa o Filé de Tilápia a R\$ 18,00 (para cada filé 3 kg de peixe - Kg do peixe R\$ 6,00), na peixaria do município.

“Os projetos geram renda na faixa de dois salários por pessoa. Ali existia um problema social muito comum nas comunidades pobres do Brasil: a violência doméstica. Ainda não medimos estes resultados, mas hoje a mulher daquela região tem um ofício, produz e gera renda para a família”.

“As empresas, sozinhas, não fazem com que iniciativas como esta se legitimem no seio da sociedade. O conhecimento está ali, na comunidade, basta que você provoque. É aqui que nasce o que a gente chama de zona de sustentabilidade”.

DEBATE

Clarissa Lins – No dia a dia das organizações, onde tudo se move por metas e resultados, qual é o tempo dado à criatividade e à inovação?

Ricardo Vescovi – A inovação é talvez o maior desafio e o passo que poderá ser o mais decisivo para se chegar a resultados práticos. A empresa precisa proporcionar canais, mecanismos, criar programas que estimulem a criatividade. Qualquer pessoa é capaz de ter ideias brilhantes no campo da sustentabilidade, independente da formação, porque os problemas desta natureza são cotidianos e comuns a todos.

PROGRAMA MINAS SUSTENTÁVEL

O programa foi criado sob a bandeira da produtividade, sustentabilidade e competitividade, com o objetivo de oferecer às indústrias do Estado de Minas Gerais, em especial micro, pequena e médias empresas, ferramentas de capacitação socioambiental. Uma das metas estipuladas no Programa Minas Sustentável é a de transformar a indústria mineira em referência no mercado interno e externo na área de sustentabilidade.

Sob essa premissa, é preciso estimular processos produtivos mais sustentáveis, encontrar soluções que gerem economia e receita para as empresas de forma responsável e adequar-se a uma nova filosofia de gestão. Neste sentido, é fundamental produzir com custos econômicos, ambientais e sociais otimizados: ou simplesmente produzir mais com menos. Neste cenário, há que se falar em pesquisa e desenvolvimento, uma vez que o planeta vai precisar muito de ciência e inovação tecnológica para que se consiga uma boa convivência com os novos milhões de pessoas que nele habitarão.

Quando o Programa Minas Sustentável foi sendo esboçado já havia uma visão de que um dos objetivos finais seria a criação de um ambiente que se pudesse trabalhar com o “econegócio”. Mas os desafios são muitos. Há que se estabelecer a “ecoconformidade” legal e muitas empresas ainda possuem um passivo ambiental que requer adequação a políticas públicas, a “econformidade” normativa, e neste aspecto o programa vai trabalhar sob as normas colocadas nas ISOs e nos fóruns, incentivando as empresas a buscarem estes avanços. Talvez o maior nicho do programa seja a “ecoeficiência” e os aspectos de conservação de energia, cujo potencial é muito grande, além do reuso de água, reciclagem, redução de resíduos e de emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa.

Entre as ações previstas no Programa Minas Sustentável figuram a aproximação de grupos e setores, organizações e instituições para tratar de temas de interesse comum, bem como melhorar a interrelação com as comunidades, dar respostas a necessidades de mediação política, incorporar requisitos de responsabilidade social. Mas o primeiro passo é fazer, com o apoio do Sistema FIEMG, do SESI, um inventário das empresas. Um grupo de técnicos está sendo preparado para ir a campo, visitar as empresas e fazer o inventário delas.

O município de Contagem, onde o programa já foi iniciado, servirá como um piloto do projeto, por conta da interação facilitada da região. Está sendo desenvolvido um inventário e em cima dele um diagnóstico socioambiental de todas as empresas do município, com identificação de oportunidades. A partir do diagnóstico, será criado um programa de comunicação e mobilização para informar as empresas de Contagem as vantagens do Minas Sustentável.

O programa fará a avaliação econômica das oportunidades de cada empresa, já que se trata de um negócio, e um estudo de viabilidade econômica para mostrar ao empreendedor qual o interesse econômico que estaria atrelado a cada uma das atitudes de produzir mais com menos e com sustentabilidade socioambiental.

Após a implementação em Contagem, o programa passaria por uma etapa de aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento e validação das análises, avaliação de desempenho, ampliação e consolidação de parcerias, com o intuito de tornar o Minas Sustentável eficaz e aplicável, garantindo os resultados esperados.

FLÁVIO MAYRINK,
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO
PROGRAMA MINAS SUSTENTÁVEL

PESQUISA ANALISA A PERCEPÇÃO EMPRESARIAL SOBRE SUSTENTABILIDADE

Desde o início do ano, a área de soluções customizadas da Fundação Dom Cabral está debruçada em um trabalho, junto com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, denominado Planejamento Estratégico da Copa de 2014. O papel da Fundação Dom Cabral neste contexto é o de intermediar entidades, governo e sociedade para que se possa construir um mapa estratégico da realização deste evento mundial na região mineira. Há, por parte das autoridades e dos gestores envolvidos neste projeto, uma preocupação muito grande com a questão da sustentabilidade. “Eu não imaginava o estágio em que a sociedade chegou para tratar dessa questão, que fica evidente ser de vital importância”.

No início de 2000, foi realizada uma pesquisa sobre responsabilidade social nas empresas e na época falava-se pouco sobre sustentabilidade, termo que quase não aparecia. Dez anos depois, em tempos de conceitos tão claros e da sustentabilidade como ordem do dia, é difícil fazer um estudo e compará-lo com o do ano de 2.000. A questão evoluiu muito e a forma de tratar a questão ambiental, relacionando-a com a social e a econômica, exige mudanças no teor das perguntas e, conseqüentemente, novas formas de resposta. Mas é possível resgatar resultados e aspectos da primeira pesquisa e evidenciar a evolução de como as empresas encaram essa questão.

A pesquisa de 2010 tem por objetivo analisar a percepção dos empresários sobre sustentabilidade. Em princípio, serão pesquisadas empresas com mais de 20 empregados, que serão submetidas a um questionário eletrônico, já disponibilizado no site da FIEMG. A pergunta matriz a ser respondida é como está a institucionalização da sustentabilidade nas empresas associadas à

federação. Essa teoria institucional estuda o fenômeno que ocorre em organizações e como estruturas, práticas e conceitos são levados às empresas motivados não necessariamente por aspectos econômicos, mas por aspectos sociais e/ou institucionais. Será estudada de que a empresa adequa as práticas socioambientais à cultura e à estrutura empresarial, motivadas por fatores que vem da relação dela com a sociedade.

As perguntas objetivas procuram levantar informações sobre o que é sustentabilidade para as empresas e como estão essas práticas (se é que elas existem na organização), quais são os fatores que estimulam a adoção destas práticas, com que intensidade um ou outro fator interfere, influencia e estimula as empresas a serem sustentáveis, quais os stakeholders que mais influenciam, quais os benefícios que as empresas verificam com as práticas, em que estágio está esse processo de institucionalização. Neste cenário, a pesquisa pretende identificar, na perspectiva das empresas, se a sustentabilidade veio mesmo para ficar.

“Acredito que a pesquisa será muito útil por se tratar de uma fotografia de momento, do que as empresas pensam sobre o tema da sustentabilidade. Servirá ainda para avaliar, num futuro próximo, a evolução da percepção das empresas e, enfim, poderá ser um instrumento de incentivo a adoção, por parte das empresas, de um modelo de gestão sustentável, baseado em práticas já experimentadas com sucesso mundo afora”.

**LUIZ GONZAGA,
GERENTE DE PROJETOS DA
FUNDAÇÃO DOM CABRAL**

CRÉDITOS



Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS

Coordenação

Clarissa Lins, Diretora Executiva

Equipe Técnica

Fabiana Moreno
Iaci Lomonaco

SESI/DN

Unidade de Responsabilidade Social Empresarial – URSE

Gerente Executivo

Alex Mansur Mattos

Gerente de Projeto

Nardecí Elisa Silva de Castro

Equipe Técnica

Fernando Elias Penedo
Gina Marini Vieira Ferreira
Maria Neide Alves Ribeiro
Sergio de Freitas Monforte
Sueme Mori Andrade
Terezinha Nunes da Fonseca

Superintendência de Serviços Compartilhados – SSC

Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Normalização

Aline Santos Jacob

Coordenação editorial

Líliá Giannotti / DaGema Comunicação

Projeto Gráfico e Editoração

Chris Lima / Evolutiva Estúdio
Rebecca Faertes
Felipe Peregrino

